



Funchal, 01 de Outubro de 2007

Data	Tema	Acontecimento
19/09	Economia	INE divulgou <u>Síntese Económica de Conjuntura</u> - 2005
20/09	Economia	OCDE divulgou Economic Survey of the European Union - 2007
20/09	Economia	Banco de Portugal divulgou <u>Boletim Estatístico</u> - Setembro 2007
26/09	Juros	INE divulgou <u>informação relativa à Taxa de Juro Implícita no Crédito à Habitação</u> - Agosto 2005
27/09	Demografia	INE divulgou <u>projecções para a população idosa</u> - Agosto 2005
27/09	Economia	INE divulgou <u>Procedimento dos Défices Excessivos</u> - 2.ª Notificação 2007

O Instituto Nacional de Estatística (INE) publicou recentemente o **Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2005**, que pretende caracterizar a posição relativa dos 308 municípios portugueses sob o ponto de vista do poder de compra, a partir de um conjunto de indicadores inferidos de um leque de 18 variáveis, por recurso a um modelo de análise factorial. O resultado deste exercício traduz-se no Indicador per Capita (IpC) do poder de compra, elaborado na forma de um índice, cujo valor de referência é a média nacional que assume o valor 100.

De acordo com o Estudo, o Funchal e o Porto Santo encontravam-se entre os 20 concelhos do país com maior poder de compra per capita, ocupando a 9.ª e a 15.ª posição, respectivamente, com índices de 134,27 e 124,09. Relativamente aos restantes concelhos da Região Autónoma da Madeira (RAM), Santa Cruz encontrava-se em 48.º lugar na lista dos 308 concelhos de Portugal com um índice de 99,22, seguindo-se a Ribeira Brava e Machico, que surgem nos 162.º e 163.º lugares, com índices de 67,99 e





Governo Regional Secretaria Regional do Plano e Finanças Direcção Regional de Planeamento e Finanças



Funchal, 01 de Outubro de 2007

67,95, respectivamente. Santana, Porto Moniz e Câmara de Lobos são os concelhos da Região com os níveis de poder de compra mais baixos, não ultrapassando os 51,20% 53,69% e os 54,40% da média nacional, ocupando os 281.°, 262.° e 256.° lugares, respectivamente.

Se compararmos os resultados com idêntico estudo realizado em 1995, verificamos que os concelhos da Região têm vindo a recuperar de forma significativa, uma vez que, nessa data, todos os concelhos tinham um poder de compra inferior à média nacional e, à excepção do Funchal, todos registavam um nível de poder de compra inferior a 50% daquela média. É de destacar o Porto Santo que registou, ao longo do intervalo, avanços significativos no sentido da convergência com os valores médios nacionais, chegando inclusivamente a superá-los. Com efeito, este concelho encontrava-se, em 1995, em 171.º lugar, com um índice de 46,34, passando para o 15.º em 2005 com um índice de 124,09. A Calheta, que era o concelho com o poder de compra mais baixo do país em 1995, ocupa, de acordo com a informação referente a 2005, o 227.º lugar, ultrapassando os concelhos de São Vicente, Câmara de Lobos, Porto Moniz e Santana.

A análise ao nível concelhio nacional revela que apenas 43 concelhos registavam valores superiores a 100. Este grupo de concelhos é composto por municípios de natureza eminentemente urbana (a quase totalidade integra centros urbanos com mais de 10 mil habitantes) incluindo sobretudo concelhos da grande área metropolitana de Lisboa, do Algarve e do Grande Porto. Destacavam-se, ainda, pelo seu posicionamento acima da média do país, várias capitais de distrito do Continente (em particular, Coimbra, Aveiro, Évora, Beja, Braga, Portalegre e Bragança) mas também o Funchal e Ponta Delgada nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, respectivamente.

Por outro lado, os concelhos com menor poder de compra concentravam-se na região Norte, em particular nas sub-regiões do Tâmega (Resende, Ribeira de Pena, Cinfães, Celorico de Basto e Baião) e do Douro (Freixo de Espada à Cinta, Sernancelhe, Carrazeda de Ansiães, Tabuaço e Armamar) mas também do Cávado (Terras de Bouro) e do Alto Trás-os-Montes (Vinhais). Neste conjunto, incluíam-se ainda Vila Nova de Paiva e Aguiar da Beira, no Dão-Lafões; Nordeste e Corvo nos Açores; e Alcoutim no Algarve.

O quadro que se segue inclui o valor do Indicador per Capita nalguns concelhos portugueses, assim como a posição por eles ocupada no ranking relativo ao indicador para os anos de 1995 e 2005.





Funchal, 01 de Outubro de 2007

Valor do IpC de alguns concelhos em 1995 e 2005

	1995		2005		
Class.	Concelho	IpC	Class.	Concelho	IpC
1	Lisboa	314,09	1	Lisboa	216.04
2	Porto	257,00	2	Oeiras	173.33
3	São João da Madeira	178,45	3	Porto	164.26
34	Funchal	97,33	9	Funchal	134.57
171	Porto Santo	46,34	15	Porto Santo	124.09
249	Ribeira Brava	35,69	48	St ^a Cruz	99.22
263	Machico	33,43	162	Ribeira Brava	67.99
288	C ^a de Lobos	28,29	163	Machico	67.95
29 I	Pt ^a do Sol	27,34	224	Pt ^a do Sol	54.40
295	São Vicente	26,69	227	Calheta	53.69
299	St ^a Cruz	25,52	245	São Vicente	51.20
300	Santana	24,78	256	C ^a de Lobos	54.40
301	Pt° Moniz	24,43	262	Pt° Moniz	53.69
302	Terras de Bouro	24,38	281	Santana	51.20
303	Celorico de Basto	23,02	306	Terras de Bouro	47.36
304	Sabrosa	22,77	307	Freixo de Espada à Cinta	47.26
305	Calheta	18,36	308	Resende	47.25

Fonte: INE – Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 1995 e 2005

Por grandes regiões, os resultados obtidos revelam sem surpresa que a Região de Lisboa é a que apresenta, segundo o IpC, o poder de compra mais elevado, que ultrapassa a média do país em 37,3%. A Região Autónoma dos Açores é a região que atinge o valor mais baixo (81,7), muito aquém da média nacional. Destaque-se ainda, com um valor superior à média nacional, o Algarve que atinge os 113,0 pontos. As restantes regiões registam valores abaixo da média do país, salientando-se o facto da RAM ser a região portuguesa que mais se aproxima da média nacional. De relevar ainda que o processo de convergência em matéria de poder de compra foi, entre 1995 e 2005, extensivo a todas as regiões do país. Contudo a RAM foi a que mais avanços registou neste domínio, tendo feito, no período em questão, uma aproximação de 36,8 pontos no valor do IpC, passando dos 59,7 em 1995 (o valor mais baixo do país) para os 96,6 (o terceiro valor mais elevado).





Funchal, 01 de Outubro de 2007

Não obstante, o valor do IpC das regiões Norte e Centro reflecte os fortes contrastes existentes no seio das mesmas, onde coexistem municípios de elevado valor do IpC (associados a territórios urbanos localizados no litoral destas regiões) e municípios com os valores mais baixos do país (localizados no interior destas regiões).

O mapa seguinte mostra o valor do Indicador per Capita de cada Região Nacional.

IpC por NUTS II

RA. Açores: 81,7 Norte: 85,4 Centro: 83,9 Lisboa: 137,3 Alentejo: 85,6

Fonte: INE – Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2005

Este Folheto Informativo também pode ser consultado em: http://srpf.madinfo.pt/drpf/documentosInformativos.htm
Sugestões e comentários: planeamento.drpf.srpf@gov-madeira.pt

Fonte: INE – Estudo do Poder de Compra Concelhio 2005

